



RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA

15 A 19 DE ABRIL DE 2024

CONGRESSO NACIONAL

PLEN – PLENÁRIO / Plenário da Câmara dos Deputados / *Passível de realização*

Quinta-feira (18/04)

VET 46/2021 - Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 2.108, de 2021 (nº 2.462/1991, na Câmara dos Deputados), que "Acrescenta o Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; e revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional), e dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais)".

Explicação: foram vetados 5 trechos, entre eles o Art. 359-O, que proíbe a divulgação de notícias falsas (comunicação enganosa em massa).

Autor: Presidente da República Presidência da República

Resultado: [Sessão não convocada.](#)

VET 17/2023 - Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2023 (oriundo da MPV nº 1.154/2023), que "Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nºs 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 14.204, de 16 de setembro de 2021, 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 13.334, de 13 de setembro de 2016, 12.897, de 18 de dezembro de 2013, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 9.069, de 29 de junho de 1995, e 10.668, de 14 de maio de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 13.844, de 18 de junho de 2019, 13.901, de 11 de novembro de 2019, 14.261, de 16 de dezembro de 2021, e as Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, e 14.074, de 14 de outubro de 2020".

Explicação: foram vetados os trechos que: (i) listava a coordenação das atividades de inteligência federal entre as competências do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI); (ii) transfere do Ministério dos Povos Indígenas para o Ministério das Cidades a competência de fazer o planejamento, coordenação, execução, monitoramento, supervisão e avaliação das ações referentes ao saneamento e às edificações nos territórios indígenas, observadas as competências do Ministério dos Povos Indígenas; e (iii) transfere do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima para o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional Política Nacional de Recursos Hídricos e Política Nacional de Segurança Hídrica e a gestão dos recursos hídricos.

Autor: Presidente da República Presidência da República

Resultado: [Sessão não convocada.](#)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLEN – PLENÁRIO / Plenário da Câmara dos Deputados / *Pauta divulgada após o envio da agenda.*

Quarta-feira (17/4)

REQ 1247/2024 - Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a urgência na apreciação do PDL 169/2024, de autoria da Deputada Adriana Ventura, que "Susta, nos termos do art. 49, V e X, da Constituição Federal, a aplicação do Decreto nº 11.795, de 23 de novembro de 2023 e da Portaria MTE nº 3.714, de 24 de novembro de 2023." .

Explicação: o PDL 169/2024 susta o Decreto que regulamenta a Lei que dispõe sobre igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens.

Autor: Adriana Ventura (NOVO/SP)

Resultado: Não deliberado.

Terça-feira (16/4)

CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

REQ 2/2024 - Requer a instalação de Subcomissão Permanente de acompanhamento da Nova Indústria Brasil (NIB).

Autor: Heitor Schuch (PSB/RS)

Resultado: [Aprovado](#).

REQ 9/2024 - Requer a realização de audiência pública para instruir o PL 2141/2023.

Explicação: o PL 2141/2023 fixar remuneração devida ao empregado ou prestador de serviço em caso de invenção e modelo de utilidade.

Convidados:

- Instituto Nacional da Propriedade Industrial;
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;
- Associação Brasileira da Propriedade Intelectual;
- Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras;
- Central Única dos Trabalhadores;
- Ministério Público do Trabalho.

Autor: Helder Salomão (PT/ES)

Resultado: [Aprovado](#).

PLP 229/2019 - Altera os dispositivos 3º e 4º da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2016, para tratar do microempreendedor individual - MEI.

Autor: Lucas Gonzalez (NOVO/MG)

Relator: Josenildo (PDT/AP)

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: [Retirado de pauta, de ofício, por solicitação do Relator](#).

PDL 426/2020 - Susta o Decreto nº 9.589, de 29 de novembro de 2018, que "Dispõe sobre os procedimentos e os critérios aplicáveis ao processo de liquidação de empresas estatais federais controladas diretamente pela União".

Autor: André Figueiredo (PDT/CE)

Relator: Heitor Schuch (PSB/RS)

Parecer: pela aprovação deste, e do PDL 491/2020, apensado, com substitutivo.

Resultado: [Aprovado. A matéria segue para a Comissão de Finanças e Tributação \(CFT\)](#).

PL 678/2019 - Institui o Programa Nacional de Crédito Especial ao Jovem Empreendedor.

Autor: Weverton

Relator: Jorge Goetten (PL/SC)

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: [Aprovado. A matéria segue para a Comissão de Finanças e Tributação \(CFT\)](#).

PL 5422/2023 - Estabelece teto de cobrança de comissão sobre serviços e produtos cuja comercialização seja mediada por plataforma digital.

Explicação: Estabelece uma cobrança de 6% por operação realizada em plataforma digital mediadora.

Autor: Neto Carletto (PP/BA)

Relator: Mauricio Marcon (PODE/RS)

Parecer: pela rejeição.

Resultado: [Aprovado. A matéria segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania \(CCJC\)](#).

CREDN - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Audiência Pública - Finalidade: Debate sobre denúncias de censura à rede social X (antigo Twitter).

Resultado: [Realizada](#).

Quarta-feira (17/4)

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Audiência Pública - Tema: Regulamentação infraconstitucional da reforma tributária

Convidado:

- Bernard Appy, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda (MF)

Resultado: [Cancelada](#).

CSAUDE - COMISSÃO DE SAÚDE

PL 4398/2021 - Cria o Programa Brasileiro de Telemedicina.

Explicação: o objetivo do programa é aumentar a cobertura da Atenção Básica na saúde no âmbito do SUS, ficando a cargo do Ministério da Saúde a regulamentação dos procedimentos mínimos a serem observados para atendimento realizado por uma equipe multidisciplinar.

Autor: Nereu Crispim (PSD/RS)

Relator: Adriana Ventura (NOVO/SP)

Parecer: Parecer da Relatora, Dep. Adriana Ventura (NOVO-SP), pela aprovação, e posterior envio de Indicação ao Ministério da Saúde.

Resultado: [Retirado de pauta pela Relatora](#).

PL 1613/2022 - Dispõe sobre a criação da “Plataforma CURA”.

Explicação: trata de portal com informações sobre medicamentos de alto custo

Autor: José Nelto (PP/GO)

Relator: Dorinaldo Malafaia (PDT/AP)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Dorinaldo Malafaia (PDT-AP), pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: [Aprovado. A matéria segue para a Comissão de Finanças e Tributação \(CFT\)](#).

OUTROS EVENTOS

Comissão Geral - Finalidade: Debater a regulamentação dos motoristas de aplicativos.

Resultado: [Realizada](#).

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Reunião de Comparecimento de Ministra - Finalidade: Discussão do plano de ações e políticas de governo no setor de CT&I.

Convidada:

- Luciana Santos, ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Resultado: [Realizada](#).

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PL 4512/2020 - Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para dispor sobre medidas de proteção à concorrência, à inclusão financeira, à inovação e à diversidade dos modelos de negócios das instituições de pagamento e dos arranjos de pagamento.

Explicação: propõe que sejam estabelecidas regras acerca de relevantes questões envolvendo o mercado de pagamentos brasileiro, incluindo a segregação de funções desempenhadas pelo Banco Central, em consonância com princípios constitucionais da administração pública, cujos pressupostos também se correlacionam com os direitos e garantias fundamentais, visando segurança jurídica aos operadores e usuários finais do setor de pagamentos.

Autor: Gastão Vieira (PROS/MA)

Relator: Gilberto Abramo (REP/MG)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Gilberto Abramo (REP/MG), pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 4.512/2020, e da Emenda apresentada na Comissão de Finanças e Tributação; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 4.512/2020, e da Emenda apresentada na CFT, com substitutivo.

Resultado: [Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Relator](#).

PL 4135/2023 - Institui a Taxa de Financiamento de Longo Prazo – TFLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-Pasep, do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e do Fundo da Marinha Mercante – FMM e sobre a remuneração dos financiamentos concedidos pelo Tesouro Nacional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e revoga dispositivos da Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017.

Autor: Heitor Schuch (PSB/RS)

Relator: Josenildo (PDT/AP)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Josenildo (PDT-AP), pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 4.135/2023 e da Emenda 1 apresentada na Comissão de Finanças e Tributação; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 4.135/2023, com emenda, e pela rejeição da Emenda 1 da CFT.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Relator.

CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Audiência Pública - Tema: Projetos de regulamentação da Reforma Tributária.

Resultado: Realizada.

CVT - COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PL 3498/2019 - Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para dispor sobre a obrigatoriedade de contratação de seguro de danos causados por colisão, incêndio, furto ou roubo dos veículos utilizados no transporte remunerado privado individual de passageiros .

Autor: Altineu Côrtes (PL/RJ)

Relator: Antonio Carlos Rodrigues (PL/SP)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP), pela aprovação deste, do PL 5756/2019, do PL 5795/2019, do PL 6110/2019, e do PL 3516/2020, apensados, na forma do Substitutivo adotado pela CDEICS.

Resultado: Retirado de pauta, por acordo, por solicitação do Relator.

PL 2902/2021 - Dispõe sobre o acesso e a utilização de direção bióptica (bioptic driving) no Brasil, alterando o inciso XV do art. 12 do Código de Trânsito Brasileiro e dá outras providências.

Explicação: determina que ao candidato com deficiência visual é assegurada a utilização de tecnologias assistivas que otimizem a sua acuidade visual em todas as etapas do processo de habilitação. Além disso, garante a normatização do processo de formação do candidato à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, estabelecendo seu conteúdo didático-pedagógico, carga horária, avaliações, exames, execução e fiscalização, garantindo o acesso de tecnologia assistiva disponível aos deficientes físicos.

Autor: Kim Kataguirí (UNIÃO/SP)

Relator: Neto Carletto (PP/BA)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Neto Carletto (PP-BA), pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Aprovado. A matéria segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

CFFC - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE / Pauta divulgada após o envio da agenda.

REQ 89/2024 - Requer a realização de auditoria, juntamente com o Tribunal de Contas da União (TCU), a fim de apurar possíveis irregularidades na aplicação dos recursos públicos e de avaliar políticas públicas do programa de conectividade de escolas, que envolve o Ministério das Comunicações (MCom), o Ministério da Educação (MEC), a Entidade Administradora da Conectividade de Escolas (EACE) e o Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas (Gape), em especial no que tenha relação com o possível direcionamento à contratação da empresa Starlink.

Autor: Aureo Ribeiro (SD/RJ)

Resultado: Aprovado, contra os votos dos deputados Junio Amaral e Bibó Nunes.

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / Pauta divulgada após o envio da agenda.

PL 2669/2022 - Institui o programa "óculos falantes" para os deficientes visuais nas bibliotecas e na rede pública de educação.

Autor: José Nelto (PP/GO)

Relator: Professor Alcides (PL/GO)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Professor Alcides (PL-GO), pela aprovação deste, e do Substitutivo adotado pela CPD, com substitutivo.

Resultado: Aprovado.

CMULHER - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER / Pauta divulgada após o envio da agenda.

PL 1405/2023 - Altera o artigo 60 da Lei 14.133/21 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Explicação: cria novo critério de desempate ligado à iniciativas de contratação de idosos

Autor: Afonso Motta (PDT/RS)
Relator: Flávia Morais (PDT/GO)
Parecer: Parecer da Relatora, Dep. Flávia Morais, pela aprovação.
Resultado: Retirado de pauta, de ofício.

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Pauta divulgada após o envio da agenda.

PL 3078/2021 - Confere preferência de acesso a crédito, no âmbito do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro), a itens desenvolvidos por Startups Agro.
Explicação: determina preferência de acesso a crédito ao financiamento de itens desenvolvidos por Startups Agro, no âmbito do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro), mantido pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES).
Autor: Jose Mario Schreiner (MDB/GO)
Relator: Delegada Katarina (PSD/SE)
Parecer: Parecer da Relatora, Dep. Delegada Katarina (PSD-SE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.
Resultado: Não deliberado em razão do encerramento da Reunião

CCULT - COMISSÃO DE CULTURA

PL 2789/2021 - Moderniza a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e cria nova hipótese de improbidade administrativa.
Explicação: obriga o Poder Público, entre outros, a realização de cópias de segurança (backups) de todos os dados da organização, de forma regular e automática; assim como cópias integrais dos sistemas críticos da organização.
Autor: Erika Kokay (PT/DF)
Relator: Alice Portugal (PCDOB/BA)
Parecer: Parecer da Relatora, Dep. Alice Portugal (PCdoB-BA), pela aprovação deste, com substitutivo.
Resultado: Não deliberado.

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PL 4919/2023 - Acrescenta art. 49-A, à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), com o objetivo de vedar a realização de cobrança automática após o período de teste ou de experimentação de produto ou serviço.
Explicação Geral: veda a cobrança automática ao fim de período de teste ou de experimentação de produto ou serviço. A manutenção do contrato ficará condicionada à autorização expressa do consumidor; o silêncio deverá ser interpretado como recusa.
Autor: Romero Rodrigues (PODE/PB)
Relator: José Nelto (PP/GO)
Parecer: Parecer do Relator, Dep. José Nelto (PP-GO), pela aprovação.
Resultado: Não deliberado em razão da não realização da reunião.

CPASF - COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

PL 3501/2020 - Institui o Auxílio Internet.
Autor: Felipe Carreras (PSB/PE)
Relator: Flávia Morais (PDT/GO)
Parecer: Parecer da Relatora, Dep. Flávia Morais (PDT-GO), pela aprovação deste, do PL 4136/2020, do PL 4360/2020, do PL 4449/2020, do PL 4460/2020, do PL 2774/2021, do PL 3251/2021, do PL 655/2023, do PL 943/2021, do PL 1021/2022, do PL 3376/2021, do PL 1367/2023, do PL 3623/2023, do PL 2479/2023, e do PL 2734/2023, apensados, com substitutivo.
Resultado: Aprovado. A matéria segue para a Comissão de Comunicação (CCOM).

PL 2791/2023 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de plataformas de streaming de vídeos na internet de divulgar campanhas educacionais de combate à violência escolar, violência doméstica, e dá outras providências.
Explicação: proíbe os meios de comunicação de veicularem dados pessoais de autores de crimes de homicídio e tentativas de homicídio que ocorram nas dependências de instituições de ensino, incluindo sanção aos provedores de aplicações de internet, ainda que por conteúdo publicado por terceiros.
Autor: Pastor Gil (PL/MA)
Relator: Clarissa Tércio (PP/PE)
Parecer: Parecer da Relatora, Dep. Clarissa Tércio (PP-PE), pela aprovação.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício, a pedido da relatora.

SENADO FEDERAL

Terça-feira (16/04)

CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

PLP 35/2022 - Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, para estabelecer a compensação entre valores empregados na manutenção de bens de uso comum da União e as dívidas refinanciadas dos entes subnacionais.

Explicação: outros pontos, permite que os estados possam investir recursos próprios para fomentar o andamento de obras de responsabilidade do governo federal, abatendo-se esses valores do montante de suas dívidas.

Autor: Esperidião Amin (PP/SC)

Relator: Tereza Cristina (PP/MS)

Parecer: Favorável à Emenda nº 2 –PLEN, na forma da subemenda que apresenta.

Resultado: [Aprovado o relatório. A matéria vai ao Plenário.](#)

CSP - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PL 3611/2021 - Dispõe sobre o uso de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP) ou "drones" pelos órgãos de segurança pública.

Explicação: pretende estabelecer um marco legal para o uso de "drones" pelos órgãos de segurança pública, na qual não poderão estar armados, determinando sigilo para as imagens produzidas, treinamento aos agentes de segurança que operarem os drones, e indenização por dano moral ou material àquele que tiver sua intimidade ou imagem ferida pelo uso de drones.

Autor: Veneziano (MDB/PB)

Relator: Marcos do Val (PODE/ES)

Parecer: Favorável ao projeto.

Resultado: [Retirado de pauta.](#)

CDH - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQ 20/2024 - Requer realização de Audiência Pública para debater "Construção e efetivação do Plano Nova Indústria do governo federal".

Autor: Paulo Paim (PT/RS)

Resultado: [Aprovado](#)

Quarta-feira (17/04)

CAS - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PL 10/2022 - Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para regulamentar o regime híbrido de trabalho.

Explicação: estabelece regras para o regime híbrido de trabalho, tais como: prestação de serviços em regime híbrido constará expressamente do contrato individual de trabalho, que especificará as atividades que serão realizadas pelo empregado, e poderá ser estipulada em período semanal ou mensal.

Autor: Chico Rodrigues (PSB/RR)

Relator: Paulo Paim (PT/RS)

Parecer: Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto.

Resultado: [Reunião cancelada.](#)

CCDD - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL

REQ 50/2024 - Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2024 - CCDD, com o objetivo de instruir o PL 2628/2022, que "dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais", sejam incluídos os convidados que especifica.

Convidados:

- Flávia Annenberg, Gerente de Relações Governamentais do Google Brasil;
- Erika Alvarez, Gerente de Políticas Públicas do YouTube.

Autor: Professora Dorinha (UNIÃO/TO)

Resultado: [Reunião cancelada.](#)

CDH - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA / *Pauta divulgada após o envio da agenda*

Audiência Pública - Tema: Debater sobre: "Construção e efetivação do Plano Nova Indústria do governo federal"

Resultado: [Realizada](#)

CCT - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA / *Pauta divulgada após o envio da agenda*

REQ 7/2024 - Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema "CONECTA e CAPACITA", nos moldes do Plano de Trabalho da Avaliação da Política Pública que trata do tema "Superação dos obstáculos à inovação no Brasil".

Convidados:

Audiência Pública 1: Panorama da Escassez de profissionais de TI no Brasil – Delimitação dos Desafios e impactos sobre a inovação

- Associação Brasileira de Startups (Abstartups);
- Associação Brasileira das Empresas de Software (ABES);
- Federação das Associações das Empresas Brasileiras de tecnologia da Informação (ASSESPRO);
- Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom);
- Google;
- Representante IBGE responsável pela Pesquisa de Inovação – PINTEC.

Audiência Pública 2: Programa Conecta e Capacita – Potencialidades, resultados parciais e desafios da política pública:

- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);
- Ministério da Educação (MEC);
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);
- Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Audiência Pública 3: Programa Conecta e Capacita – Desafios e potenciais aportes legislativos ao programa

Convidada:

- Luciana Santos, ministra de Estado do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Autor: Fernando Dueire (MDB/PE)

Resultado: [Aprovado.](#)

REQ 8/2024 - Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema "CEITEC", nos moldes do Plano de Trabalho da Avaliação da Política Pública que trata do tema "Superação dos obstáculos à inovação no Brasil".

Convidados:

Audiência Pública 1: Perspectivas para a indústria mundial de semicondutores, iniciativas internacionais e indústria brasileira

- Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;
- Ministério das Relações Exteriores;
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abnee);
- Associação Brasileira da Indústria de Semicondutores (ABISEMI).

Audiência Pública 2: CEITEC, determinantes da decisão de liquidação e prognóstico atual:

- Ministério da Fazenda;
- Ministério do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Tribunal de Contas da União;
- Associação dos Colaboradores do CEITEC (Acceitec).

Autor: Fernando Dueire (MDB/PE)

Resultado: [Aprovado.](#)

REQ 6/2024 - Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a "V Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação", a ser realizada no período de 4 a 6 de junho de 2024, na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Convidados:

- Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI;
- Coordenação da V Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – V CNCTI;

- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC;
- Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação – ABIPTI;
- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES;
- Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I – CONSECTI;

Autor: Rodrigo Cunha (PODE/AL)

Resultado: [Aprovado](#).

OUTROS EVENTOS/ Plenário do Senado Federal, 11h00

Reunião - Tema: Promover o recebimento, a exposição e o debate do anteprojeto elaborado pela Comissão de Juristas responsável pela revisão e atualização do Código Civil.

Resultado: [Realizada](#).

[Quinta-feira \(18/04\)](#)

CRE - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL / *Pauta divulgada após o envio da Agenda*

PL 2210/2022 - Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para incorporar o pedido provisório de patente, suprimir exigência contrária a dispositivo de acordo internacional e modificar procedimentos de depósito e de exame de patentes. Explicação: altera a lei que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Determina que o requerimento de registros de marcas seja condicionado apenas as pessoas que efetivamente exerçam a atividade para a qual pleiteiam o registro e obriga o estrangeiro detentor de marca manter procurador habilitado no Brasil de forma a reduzir a burocracia relacionada à eventual contestação de direitos de marca no país envolvendo registros concedidos via protocolo de Madri.

Autor: Julio Lopes

Relator: Jaques Wagner (PT/BA)

Parecer: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

Resultado: [Aprovado o relatório. A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática \(CCTI\)](#).